



Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado do Piauí

**TOMADA DE PREÇO Nº 01/2014 – 7ªSR – 08/10/2014 – 09:00h**

AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, CNPJ 13.466.507/0001-87, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Sete de Setembro, nº 1031, Centro/Norte, Teresina/PI, neste ato representada por sua sócia-administradora Sra. Verônica Scheren Castelo Branco, CPF 001.441.983-12, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei 8.666/93 à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor,

### RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão desta digna Comissão de Licitação lavrada na Ata da Reunião para Recebimento e abertura da documentação de que trata a Tomada de Preços nº 01/2014-7ªSR, realizada aos 08 (oito) dias do mês de outubro de 2014, que julgou inabilitada a licitante Recorrente, AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, apresentando no articulado as razões de sua irrisignação.

### I - BREVE RELATO DOS FATOS

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por sua 7ª Superintendência Regional, publicou Edital de licitação sob a modalidade de TOMADA DE PREÇO, tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é a “contratação de empresa para elaboração de projetos executivos para pavimentação de vias públicas, construção de atracadouro para embarcações com rampa de concreto e construção de balneário, incluindo regularização ambiental e fundiária, em municípios sob a jurisdição da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado do Piauí”, de acordo com as condições do Edital e seus Anexos, com abertura prevista para 08/10/2014 às 09:00h.

A AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, manifestou interesse em concorrer ao certame, principalmente porque o objeto licitado coincide com sua atividade fim, bem como não há qualquer motivo de ordem econômica ou administrativa que a impeça de participar do CERTAME.

**AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA & MEIO AMBIENTE EPP**

RECEBIDO PELA 7ª SR - CNPJ 13.466.507/0001-87 - Rua 07 de Setembro, 1031, CEP 64000-210, Teresina-PI

DATA 15/10/14 Contato: (86) 9994-0036; e-mail: [abprojetoseconsultoria@gmail.com](mailto:abprojetoseconsultoria@gmail.com)

HORÁRIO: 11h33min.

Terminado

AB PROJETOS  
Verônica S.C. Branco  
Eng.ª Civil - CREA: 19.273.77

Destarte, cuidou de elaborar a proposta de preços e a documentação habilitatória, entregando-os em envelopes separados, no dia e horário prefixados no Edital.

Aberta a sessão em 08/10/2014, o Presidente solicitou a identificação dos representantes das 03 (três) licitantes presentes, prosseguindo o Presidente solicitou que fosse rubricados os envelopes das propostas financeiras e em seguida procedeu-se com a abertura dos envelopes de habilitação, neste ato relatou-se que os documentos apresentados pela RECORRENTE não possuíam autenticação.

**Neste momento, foram apresentados os ORIGINAIS para conferência, tendo sido, os mesmos, de pronto RECUSADOS pela Comissão de Licitação, a qual julgou em INABILITAR de imediato a RECORRENTE alicerçando-se no edital, item 5.2.2, abaixo transcrito:**

“5.2.2 Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da 7ª Secretaria Regional de Licitações – 7ªSL ou por membro da Comissão Técnica de Julgamento, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial. Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes.”

## II – DAS RAZÕES DA REFORMA

Atendendo às Condições Gerais constantes do Edital, a RECORRENTE apresentou toda a documentação necessária à Habilitação, objeto do Envelope nº 01 – item 6.2.2, bem como referente à Proposta Financeira, objeto do Envelope nº 02 – item 6.3.2.

Ora, pelo mesmo item do Edital, transcrito acima, a RECORRENTE entendeu que os documentos poderiam ser apresentados em original, e por assim ser, apresentava os mesmos em mãos.

Não merece guarida o entendimento esposado pela Comissão, tendo em vista o excesso de formalismo empreendido no julgamento que inabilitou a RECORRENTE, em virtude de mera falta de autenticação, que poderia ter sido feita no momento de abertura dos envelopes, haja vista que os originais estavam em mãos da representante legal e de pronto foram apresentados. **Ademais, a falta de autenticação em nada prejudica a finalidade do certame.**

É consectário lógico desse raciocínio, portanto, que a inabilitação da RECORRENTE, constitui-se em excesso de rigor formal, visto como não há qualquer prejuízo na ausência de autenticação. **Note-se, mais uma vez, que o requisito imprescindível do edital é a apresentação de todos os documentos de habilitação, e esta exigência foi devidamente atendida pela RECORRENTE.**

A conduta da Comissão de Licitação em inabilitar a RECORRENTE não pode prevalecer de forma alguma, haja vista que acabou frustrando, senão restringindo a competitividade do certame, o que, de certa forma, é expressamente vedado pela Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, § 1º, I, vejamos:



“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”.

Em razão do princípio da competitividade, a Comissão de Licitação não deve se apegar em detalhes e em formalidades os quais sejam irrelevantes para o específico processo licitatório. Ao contrário, a Comissão de Licitação deve fazer o possível, dentro da lei, para ampliar a competição.

Nesse sentido, vem-se consolidando nos Tribunais Pátrios o entendimento de que o edital não é absoluto, ao contrário, deve ser interpretado de modo razoável e com bom senso, para evitar que os termos dele sejam usados para a prática de atos desproporcionais, exagerados e que acabam contrariando o próprio interesse público. Senão vejamos:

O TCU publicou o livro LICITAÇÕES E CONTRATOS - ORIENTAÇÕES E JURISPRUDÊNCIA DO TCU - 4º EDIÇÃO:

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União - 4. ed. rev., atual. e ampl. - Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

Logo em sua apresentação, assinada pelo ilustre Presidente do TCU, Ministro UBIRATAN AGUIAR, discorre:

" O Tribunal de Contas da União (TCU) tem-se mostrado, ao longo de sua história, ciente da necessidade de aproximação com o gestor público para garantir maior eficiência na aplicação dos recursos do Erário. Para tanto, busca cada vez mais incrementar ações de caráter preventivo e pedagógico.

Nesse contexto, a disseminação de boas práticas de gestão é uma linha de atuação marcante desta Corte de Contas. Varias medidas foram adotadas com o fim de fornecer subsídios para a correta interpretação da legislação atinente a gastos governamentais, a exemplo do lançamento de diversas publicações.

...

Ao lançar a presente edição, o TCU o faz com a expectativa de que esta publicação seja utilizada cada vez mais amplamente pelos gestores públicos e pelos demais segmentos interessados, a fim de que sirva de instrumento efetivo para evitar a ocorrência de irregularidades, de desvios e de desperdícios de recursos do Erário."

Orientando quanto ao assunto Habilitação, o TCU, nas páginas 462, 469 e 573, aduz;

"Poderao ser apresentados, para efeito de participação de licitações públicas, documentos de habilitação, alternativamente:

- em original;
- por cópia autenticada por cartório competente ou, se cabível, por junta comercial;
- por cópia conferida com o original;
- por publicação comprovada em órgão de imprensa oficial (original ou cópia autenticada ou conferida).

Pode o ato convocatório da licitação estabelecer data e horario para conferencia de cópias com os documentos originais, preferencialmente até o ultimo dia util antes de abertura dos envelopes, com o objetivo de não causar tumulto no momento da reunião. Entretanto, o licitante que não puder comparecer até a data marcada poderá fazer a conferência no momento da sessão, sem que isso se constitua motivo para inabilitação." (Grifo Nosso)

Ressalte-se que a sessão não seria tumultuada caso a Comissão houvesse efetuado conferência com os originais, uma vez que havia apenas 03 (três) licitantes, a Comissão ainda dispunha do apoio da Titular da Secretaria Regional de Licitações, presente desde o início do certame, e os documentos não autenticados eram apenas os referente a qualificação econômica e técnica, posto que os demais documentos foram supridos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e Sistema de Cadastramento Unificado de fornecedores - SICAF.

A propósito, leia-se a decisão do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

"A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em universo mais amplo. O ordenamento juridico regular da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, qualificação técnica, da capacidade econômica financeira e da regularidade fiscal" (STJ, MS nº 5597)

Também o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL segue esta linha:

"Visa a concorrência pública fazer com que maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a

**AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA & MEIO AMBIENTE EPP**

CNPJ 13.466.507/0001-87 - Rua 07 de Setembro, 1031, CEP 64000-210, Teresina-PI

Contato: (86) 9994-0036; e-mail: [abprojetoconsultoria@gmail.com](mailto:abprojetoconsultoria@gmail.com)

**AB PROJETOS**  
Verônica S.C. Branco  
Eng.ª Civil - CREA: 19.373/P1



boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorosismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório" (TJRS, Agravo de Petição nº 11.383, RDP nº 14, p. 240).

O ponto fundamental, em nossa percepção, consiste em avaliar se a Comissão dispunha de elementos para confirmar a autenticidade dos documentos não autenticados, o que resta óbvio dada a oferta, de imediato recusado, dos ORIGINAIS para conferência na própria sessão, o que era amplamente justificado no item 5.2.2.3 do edital no que deixa claro que a Comissão tem o direito de solicitar o original de qualquer documento sempre que julgar necessário.

Se pela autenticação efetuada pela Administração, com amparo no art. 43, §3º da Lei nº 8.666/93, poderia ter atestado a situação de conformidade, é antijurídica a decisão que inabilita a RECORRENTE com base na ausência de autenticação da cópia.

"§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. "

Aqui ressaltamos que a conferência da documentação na sessão não caracterizaria inclusão posterior de documento e nem de informação que devesse constar originariamente da proposta, atendendo ao Princípio da Isonomia.

Ora, se era possível à Comissão verificar a autenticidade dos documentos da RECORRENTE, não há motivos para tê-la inabilitado, apegando-se excessivamente a formalismo em detrimento da ampliação da competitividade.

O Supremo Tribunal Federal, por meio da decisão proferida em mandado de segurança nº 23.714-1, de 05/09/2000, cuja relatoria pertenceu ao Min. Sepúlveda Pertence, tornou público, em 13/10/2000, o seguinte ensinamento:

"Desta forma, se a irregularidade praticada pela licitante a ela não trouxe vantagem, nem implicou desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa a igualdade; se o vício apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta, e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração pública, escopo da atividade administrativa". (Grifo nosso)

Assim, mais efetivo que a exigência contida no edital, é perceber que a RECORRENTE, empresa atuante no mercado, cumpriu todos os outros requisitos essenciais da fase da habilitação, além de dispor de qualificação técnica e econômico-financeira a cumprir com a finalidade e objetivo do Edital, constituindo-se numa importante licitante a vir futuramente contratar com a Codevasf.

AB PROJETOS  
Verônica C. Branco  
Engª Civil - CREA: 19.373/M

**AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA & MEIO AMBIENTE EPP**

CNPJ 13.466.507/0001-87 - Rua 07 de Setembro, 1031, CEP 64000-210, Teresina-PI

Contato: (86) 9994-0036; e-mail: [abprojetoconsultoria@gmail.com](mailto:abprojetoconsultoria@gmail.com)

Desse modo, resta incontroverso que inabilitar a AB PROJETOS E CONSULTORIA – ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA EPP em virtude de falha inofensiva seria incidir em excesso de rigorismo, contrariando o interesse público que a Comissão tanto busca preservar, bem assim em afronta aos princípios da razoabilidade, finalidade do procedimento licitatório, competitividade e proposta mais vantajosa, ainda mais quando se constata que o equívoco sob comento não prejudica o conteúdo substancial da Classificação, constante no edital, bem como o interesse público na futura contratação.

De fato, a inabilitação da RECORRENTE do certame apenas se prestaria a reduzir o universo de proponentes, com o risco de se afastar a proposta que pode vir a se revelar mais vantajosa para a Administração, ferindo de morte o princípio da competitividade.

A esse propósito, vale trazer a colação o pensamento de YARA OARCY POLICE MONTEIRO, veiculado no Boletim de Licitações e Contratos, Ed. NOJ, nº 21 fev. 89, págs. 67179, nos seguintes termos:

"Deve a Comissão agir sobretudo com bom senso, atenta aos princípios norteadores do instituto da licitação, como também aos fins que se almeja atingir através desse procedimento, selecionar a melhor proposta, oferecendo oportunidade a todos os administrados de participar dos negócios públicos. Daí decorre que, quanto maior o número de propostas, maior a participação e possibilidade de escolha".

Tal entendimento encontra guarida, ainda, na abalizada doutrina de ADILSON ABREU DALLARI, que proclama:

"Visa a concorrência pública a fazer com que maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses" (Aspectos Jurídicos da Licitação, Saraiva, 2ª Ed, pag 69).

Não é enfadonha a orientação que o Prof. Hely Lopes Meirelles, com a perquirência de sempre, destina aos Administradores Públicos em sede de procedimento licitatório. Veja-se:

"Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam o Poder público a contratar com uns poucos, em piores condições para a Administração. O que propicia o bom contrato não são as exigências burocráticas, mas sim, a caracterização dos contratados e o criterioso julgamento das propostas"

Nesta senda, o Tribunal de Contas da União já assentou o posicionamento de repudiar o excesso de rigor na interpretação do ato convocatório, conforme demonstrado no Parecer SELEGICONORIAUDIN -MPU/Nº 0149/2004, cujo excerto segue abaixo transcrito:

"Por pertinente, lembramos que a Corte de Contas, a doutrina dominante e o STF são uníssonos no sentido de que o excesso de rigor na interpretação do edital deve ser afastado, preservada a legalidade do procedimento, porque pode vir a ser prejudicial ao alcance da finalidade precípua da escolha da proposta mais vantajosa ao interesse público" (Grifo Nosso)

Ainda sobre o tema, trazemos o comentário do eminente jurista Hely Lopes Meirelles que aduz:

"O princípio do procedimento formal não significa que a Administração deva ser "formalista" a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes".

E mais:

**"O FORMALISMO NO PROCEDIMENTO LICITATORIO NÃO SIGNIFICA QUE SE POSSA DESCLASSIFICAR PROPOSTAS ELIMINADAS DE SIMPLES OMISSÕES OU DEFEITOS IRRELEVANTES. SEGURANÇA CONCEDIDA VOTO VENCIDO,"** (MS 5.418/DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25.03.1998, DJ 01.06.1998 p. 24)

Por fim, o Supremo Tribunal também possui entendimento consonante com o presente recurso, visto como preceitua que:

"se de fato o edital é a "lei interna" da licitação, deve-se abordá-lo frente ao caso concreto tal qual toda norma emanada do Poder Legislativo, interpretando-o à luz do bom senso e da razoabilidade, a fim de que seja alcançado o seu objetivo, nunca se esgotando na literalidade de suas prescrições. Assim sendo, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento do interesse público, repudiando-se que se sobreponham formalismos desarrazoados. Não fosse assim, não seriam admitidos nem mesmo os vícios sanáveis, os quais, em algum ponto, sempre traduzem infringência a alguma diretriz estabelecida pelo instrumento editalício".

(Grifo Nosso)

Em sendo assim, com espreque na melhor jurisprudência e doutrina brasileira ora evidenciada, bem como na constatação de ocorrência de rigorismo formal visto como a sua manutenção alijará, de forma indevida, a RECORRENTE, em detrimento do interesse público.

AB PROJETOS  
Verônica S. C. Branco  
Eng.ª Civil - CREA 193727/M

### III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, pede e espera, a RECORRENTE, que seja o presente recurso recebido, conhecido e, afinal, provido, a fim de que seja reformada a decisão que a inabilitou, de sorte a autorizar o seu regular prosseguimento no certame.

Caso seja mantida por essa ilustre Comissão de Licitação a decisão impugnada, o que, por certo, incorrerá, requer, de logo, seja o presente encaminhado para o conhecimento e decisão por parte da Autoridade hierarquicamente superior, na forma do disposto no art. 202, §4º, da Lei 9.433/05 e no art. 109, § 40, da Lei nº 8.666/93, bem como submetida a apreciação do MPU, TCU e PGU.

Nestes Termos  
P. Deferimento

Teresina, 15 de outubro de 2014.



AB PROJETOS  
Verônica S. C. Branco  
Eng. Civil - CREA: 19.362/P1